

CERTIFICANDO NOSSO FUTURO

*** Roberto Rodrigues**

O setor agropecuário brasileiro está no limiar de uma nova era.

Em consonância com o desafio planetário de fazer os sistemas produtivos contribuírem para a mitigação dos impactos ambientais que estão aquecendo o planeta, representantes do setor e da sociedade civil organizada acabam de chegar a um inédito nível de entendimento sobre como alcançar a tão almejada sustentabilidade socioambiental na atividade agropecuária.

Durante pouco mais de um ano, num processo de interlocução e diálogo mantido com disposição para negociar, empresários, representantes dos trabalhadores e ambientalistas vêm debatendo em profundidade os princípios e critérios que devem nortear o processo de verificação da produção agropecuária no Brasil. Trata-se de antecipar-se às exigências que os consumidores do mundo todo irão colocar.

Reunido sob a chamada “Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária”, que congrega segmentos representativos dessas diferentes áreas, um grupo tripartite e aberto de entidades vem avançando no que já pode ser considerado o primeiro sistema de certificação do setor agropecuário do mundo.

Tendo como pressuposto a verificação voluntária, que inclui a certificação independente, e como unidade de monitoramento a propriedade rural, esse sistema está fundamentado em um elenco de cinco princípios e 15 critérios, que darão ao mercado a garantia de origem e qualidade socioambiental de toda e qualquer produção realizada em um empreendimento verificado sob essas condições.

Através desse sistema, aspectos fundamentais da gestão ambiental e social da propriedade, como a manutenção de reservas legais, proteção dos recursos hídricos e garantia de boas condições de saúde e segurança de trabalhadores rurais, além de respeito aos legítimos direitos de propriedade, posse e uso da terra, são consignados como princípios básicos para todo o empreendedor disposto a submeter sua forma de produzir à verificação.

O avanço conseguido com esse nível de entendimento intersetorial já é um marco numa história cheia de conflitos de interesse e divergências ao longo do tempo, mas os desafios continuam.

O principal deles está no próximo passo a ser dado nesse processo de interlocução, quando a Iniciativa Brasileira deixa o âmbito representativo de negociação e busca a legitimação participativa dessa construção de entendimento, através de consultas ampliadas sobre o já acordado. Até agora, o setor produtivo vem sendo coordenado pelo ARES (Instituto para o Agronegócio Responsável), os consumidores pelo Observatório Social da CUT e os ambientalistas pelo IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), uma união de entidades que já vinha trabalhando com a sustentabilidade, que foi o tema central do Congresso da ABAG realizado esta semana.

Nesse sentido, uma grande responsabilidade recai sobre produtores, agroindustriais, comerciantes varejistas, agentes financeiros e consumidores.

Cada representante dos principais setores envolvidos nesse processo tem um papel importante a desempenhar, mormente na divulgação intra-setorial de seus resultados e mobilização de seus pares para o aperfeiçoamento e consolidação do até agora construído.

O sistema de verificação depende da validação e credibilidade que somente a sociedade pode lhe conferir, dando sustentabilidade ao agronegócio brasileiro frente aos mercados consumidores de nossos produtos.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**